



De 05 a 07 de outubro de 2016

ISSN: 2359-6597

## A POSSIBILIDADE DE UMA INTERPRETAÇÃO FENOMENOLÓGICA NA ESTÉTICA TRANSCENDENTAL

Daniel Lopes Farias \*

**Resumo:** A Estética Transcendental apresenta duas intuições *a priori*, perspectiva essa que tornou de difícil acesso a obra de Kant aos seus leitores contemporâneos, pois fundava uma nova doutrina, o idealismo transcendental. A grande parte dos interpretes do Século XX – sobretudo Strawson, Allison e seus seguidores – leram essa seção como apresentando um critério de individuação da representação de objetos e estados mentais com validade objetiva – graças ao recurso a geometria e a mecânica newtoniana. Para tanto, é necessário encontrar o sentido completo da própria Estética Transcendental na Analítica Transcendental. Inobstante, interpretações fenomenológicas, como a de Fichant e Parson, não ganharam muito espaço entre os comentadores. O presente insere-se nessa última e menos difundida tradição, alegando que há a possibilidade de uma leitura fenomenológica na Estética Transcendental, mais especificamente, no parágrafo primeiro e segundo dessa seção. Ademais, tem a pretensão de esboçar que é possível entrever um tipo muito rudimentar intencionalidade no primeiro argumento da aprioridade do espaço. O que impõe um tipo de leitura de Kant um pouco distinta da tradição que se segue de Strawson e Allison: a sensibilidade não é pura passividade, há nela uma espécie de síntese, como o próprio Kant afirmou em B 161.

**Palavras-chave:** Estética Transcendental. Intencionalidade. Fenomenologia.

### Introdução

Kant estabelece, na Doutrina Transcendental dos Elementos, uma distinção que já é clássica na história da filosofia, todavia, com uma qualificação que irá fazer escola no desenvolvimento posterior da filosofia: uma sensibilidade formal, *a priori*, condicionante da experiência externa e interna. Um paradoxo, *prima facie*, pois é uma sensibilidade que condiciona a experiência. Entretanto, não advém da experiência, tampouco, é inata, assim sendo: uma forma sensível que não advém, propriamente, da sensibilidade, mas a condiciona. Para qualificar essa informação Kant irá fundar um novo modo de fazer filosofia, o idealismo transcendental.

Somente a qualificação do que vem a ser esse idealismo transcendental ocuparia um espaço muito maior que a proposta para o presente artigo. Entretanto, podemos partir da

---

\* Mestrando em filosofia pela UFSM. Email: [dnl.l.farias@gmail.com](mailto:dnl.l.farias@gmail.com)

definição que tal postura pode ser caracterizada, superficialmente, mas de modo correto, como uma postura que define uma distinção ontológica e epistêmica entre *noumena e phaenomena*. Porquanto as distinções entre as formas da sensibilidade e do entendimento (ambas puras) operam com vistas a esse preceito fundamental.

Outrossim, deve-se ressaltar, que a Doutrina Transcendental dos Elementos pode ser pensada, sem prejuízo de seu sentido no conjunto da *KrV*, como postulando certas estruturas fundamentais para responder a seguinte pergunta epistemológica: partindo do fato<sup>1</sup> incontrovertido, *pensamos sobre o que nos aparece*, passamos à análise epistemológica dos elementos constitutivos dessa representação (esse pensar), quais são eles? Doravante, de algo evidente, nós pensamos sobre algo que nos é dado, passamos a uma pergunta epistemológica: quais são os elementos necessários que constituem esse tipo de cognição (*erkenntnis*)<sup>2</sup> e a tornam possível? Eis a pergunta do presente artigo, circunscrita na Estética Transcendental, mais especificamente, ao § 1º e ao primeiro argumento da aprioridade do espaço.

Ao explicitar os elementos constitutivos da capacidade humana de representar os objetos, Kant, para além de afirmar condições epistêmicas, afirmará, conjuntamente, *numerus clausus*, as categorias e as formas puras como elementos constitutivos dessa cognição (*erkenntnis*), os quais, por sua vez, são elementos *condicionantes* do modo humano de representar, em outras palavras, explicitará o aparato transcendental necessário da constituição do modo humano de conceber objetos. Com isso, apresentará uma ontologia que constitui também um *eu transcendental*<sup>3</sup> que acompanha a todas as suas próprias representações.

Todavia, no primeiro argumento da aprioridade da representação do espaço Kant apresenta duas razões que consubstanciam a tese de sua aprioridade (veja item 1.2 alínea a na página 7 do presente). Nessas razões Allison<sup>4</sup> leu um critério epistemológico de distinção de objetos. Com vistas a afastar uma tautologia (prova demais) (ALLISON, 1983, p. 111) em

<sup>1</sup> Não se trata de um *factum da razão*, em correspondência com o modo operado na segunda Crítica, consubstanciado em uma necessidade subjetiva da ideia de liberdade, o fato apontado aqui é radicalmente diferente. Tem seu sentido em textos pré-críticos (Os Sonhos de um Visionário). Kant, nos textos pré-críticos, pretendia definir um ponto de partida para a filosofia e uma metodologia de investigação, a saber, deve se partir de algo *evidente* (o que acima chamei de fato incontrovertido). A proposição: *os objetos nos são dados* ou *pensamos sobre aquilo que nos aparece*, constitui algo evidente e incontestável, ainda que sequer haja objetos no mundo, porquanto ela versa sobre um fato próprio do nosso modo humano de conhecer. Portanto, eis aqui força da argumentação kantiana, parte de algo evidente e imposto aos sentidos. Sendo assim, o pressuposto básico da filosofia da representação de Kant não pode ser afastado ou refutado.

<sup>2</sup> *Erkenntnis* é um termo que designa um tipo específico de cognição, aquela operada por conceitos.

<sup>3</sup> Não abordaremos esse tema, o *eu transcendental*, o presente artigo irá circunscrever apenas a sensibilidade, logo, as referências a demais temas serão expostas somente na medida do necessário indispensável para compreensão do tema da sensibilidade em Kant.

<sup>4</sup> Não somente Allison, também, Strawson e Paton. As obras são indicadas nas referências, ao final do artigo.

que tal argumento incorria. Contudo, Warren atacou consistentemente a arguição de Allison sobre esse ponto. Apontando uma outra possibilidade interpretativa (WARREN, 1998, p. 197).

Nesse contexto de disputa interpretativa é que o presente artigo se insere, contudo com uma demanda distinta. Não tem por objeto discorrer por essas lides interpretativas, mas sim esboçar uma outra possibilidade a partir da crítica de Warren a Allison, conjuntamente com as leituras de Fichant e Parson, apontando, ainda de modo rudimentar, uma interpretação fenomenológica do § 1º, ademais, esboçando que o primeiro argumento da aprioridade da representação do espaço deixa entrever uma espécie de intencionalidade.

Para tal intento, far-se-á necessário discorrer sobre alguns conceitos em Kant, como o de sensibilidade, a noção de *erkenntnis*, o termo estético e determinar seus significados nas passagens iniciais da primeira *Crítica*. Assim sendo, o presente se segue de das seções: uma direcionada ao parágrafo primeiro e outra direcionada ao primeiro argumento da aprioridade do espaço.

## 1 O parágrafo primeiro da *KrV*: a noção de sensibilidade e *erkenntnis*

Sejam quais forem o modo e os meios pelos quais um conhecimento se possa referir a objetos, é pela *intuição* que se relaciona imediatamente com estes e ela é o fim para o qual tende, como meio, todo o pensamento. Esta intuição, porém, apenas se verifica na medida em que o objeto nos for dado; o que, por sua vez, só é possível, [pelo menos para nós homens,] se o objeto afetar o espírito de certa maneira. A capacidade de receber representações (receptividade), graças à maneira como somos afetados pelos objetos, denomina-se *sensibilidade*. Por intermédio, pois, da sensibilidade são-nos *dados* objetos e só ela nos fornece *intuições*; mas é o entendimento que *pensa* esses objetos e é dele que provêm os conceitos. Contudo, o pensamento tem sempre que referir-se, finalmente, a intuições, quer diretamente (*directe*), quer por rodeios (*indirecte*) [mediante certos caracteres] e, por conseguinte, no que respeita a nós, por via da sensibilidade, porque de outro modo nenhum objeto nos pode ser dado.

A passagem acima consta do parágrafo primeiro da Estética transcendental (E.T). Por estética, deve ser entendido, à luz do termo grego, *aisthesis*: como as coisas aparecem. Não é à toa que, para descrever o que é a sensibilidade em Kant, deve-se partir da E.T. A sensibilidade possui uma ligação com o termo *aisthesis*: as coisas são dadas, ou seja, elas se impõem à mente (A35/B21).

Como já afirmado (na introdução do presente), o ponto de partida da *KrV* é incontroverso<sup>5</sup>: pensamos sobre aquilo que nos é dado<sup>6</sup>. O que não é totalmente trivial, embora ainda incontroverso, é que, se algo nos é dado impositivamente, nossa sensibilidade possui uma característica distintiva: ela é receptividade.

Ao observar-se a passagem acima percebemos que Kant dá um passo a mais, tem-se que um conhecimento (*erkenntnis*)<sup>7</sup> deve ser relacionado (referir-se) a objetos (a algo que foi dado na sensibilidade) e é pela intuição que ele se relaciona (refere-se)<sup>8</sup> aos objetos (aquilo que foi dado).

Primeiramente, que tipo de relação Kant está descrevendo? Há dois tipos de relações modais que gostaria de destacar: a) simétricas; b) assimétricas.

As relações simétricas (a) podem ser assim descritas como,  $xRy \leftrightarrow yRx$ : a relação é verdadeira, somente se, são equivalentes a relação de  $x$  com  $y$  e a relação de  $y$  com  $x$ . Esse tipo de relação é exemplificada, classicamente, como as relações do tipo: Sérgio ( $x$ ) é irmão de João ( $y$ ), o que equivale a dizer que João ( $y$ ) é irmão de Sérgio ( $x$ ). São relações em que não há *subordinação* entre os termos envolvidos, tampouco, uma ordem rigorosa dos elementos.

A relação descrita por Kant no parágrafo primeiro não é do tipo acima descrito, é (b) assimétrica:  $xRy \rightarrow \neg yRx$ . Ou seja, a relação de  $x$  com  $y$  não implica na relação de  $y$  com  $x$ . De modo metafórico: se João é pai de Sérgio, então Sérgio não é pai de João. Em outras palavras, a cognição/conhecimento (*erkenntnis*) está em uma relação assimétrica com aquilo a que se reporta: a cognição que o sujeito faz, com algo que é dado impositivamente, deve reportar-se a esse algo dado, a relação de  $x$  com  $y$  não implica e é distinta da relação de  $y$  com  $x$ .

Nesse primeiro período já podemos perceber o que Kant caracteriza como sensibilidade, trata-se de uma afecção dada, a qual é recepcionada por um sujeito e transformada em *erkenntnis*. Contudo, essa cognição está em uma relação de subordinação com aquilo que lhe é dado (a afecção com o *erkenntnis*).

<sup>5</sup> Veja nota de rodapé número 2.

<sup>6</sup> Não trabalharei aqui o problema do *mito do dado*, destacado por Wilfrid Sellars, *Empirismo e Filosofia da Mente* (1956), por conta da brevidade desse artigo.

<sup>7</sup> Prefiro, nesse contexto, usar o termo em alemão *erkenntnis*, pois traduzi-lo nessa passagem como conhecimento pode levar a equívocos. A noção de conhecimento é associada, ao menos na tradição platônica mais ortodoxa, com verdade e justificação. Para essa passagem se está apontando algo mais elementar: um processo cognitivo qualquer, as coisas (sejam lá o que forem) aparecem e há um processo cognitivo que se reporta a essa aparição.

<sup>8</sup> Infelizmente a tradução não mantém a unidade, usa referir-se e relacionar como sinônimos.

Como esbocei na introdução, o ponto de partida é irrefutável, parte de algo tão simples e trivial que tanto Locke como Descartes aceitariam. Os passos posteriores é que podem ser controversos, mas não o ponto de partida, porquanto, é auto evidente: nós (humanos) somos receptivos sensivelmente aquilo que nos é dado. Repito-me, pois esse é o ponto central para um tratamento fenomenológico dos primeiros parágrafos da ET.

A sensibilidade pode ser concebida como modo primordial, *sine qua non*, pelo qual formamos cognições. Isto é, quando somos afetados por algo, formamos uma *erkenntnis* desse algo. Essa se deve reportar ao dado, a afecção sensível, para que possa ser averiguada sua correção ou incorreção.

Note-se que está em jogo, nesse conjunto de afirmações iniciais, é uma teoria das representações: como acontece o fenômeno das representações no homem e quais os elementos constitutivos do modo humano de representar objetos. Para tanto, o elemento fundamental que se pode reputar a esse ponto de partida da ET é o fato de nossa cognição ter como ponto de partida (ou posta em ação) algo que é dado sensivelmente.

A ET, contudo, é composta por duas seções, a primeira, que trata do conceito<sup>9</sup> do espaço e a segunda que trata do conceito de tempo. Essas seções são apresentadas para provar que o espaço e o tempo são intuições *a priori* que condicionam a experiência dos objetos. Portanto, respondem à pergunta, a qual já foi esboçada na introdução e que permeará todo esse artigo: o que é a sensibilidade. Haja vista que se parte de algo auto evidente, algo nos é dado, e esse algo que nos é dado, é dado na sensibilidade.

Gostaria, contudo, de delimitar a investigação mostrando como Kant entende o conceito de espaço, a fim de caracterizar a noção de sensibilidade na *KrV*. Pois mostrar a distinção entre forma da intuição e intuição formal<sup>10</sup> e apontar o sentido de seu idealismo transcendental apenas com os argumentos da ET, não seria possível, far-se-á necessidade de lançar mão de outras seções da *KrV*. Outrossim, seria árduo e por demais extenso para as pretensões desse artigo. Restringir-se-á, assim sendo, a mostrar a aprioridade da representação do espaço no primeiro argumento da *exposição metafísica* da ET. Porquanto creio que nesse mesmo argumento já possível entrever uma abertura fenomenológica na ET.

<sup>9</sup> Kant, diversas vezes, usa de modo genérico o termo *conceito*. Aqui faço o mesmo uso, conceito como sinônimo de um tipo geral de representação, ou seja, termo que qualifica tanto uma intuição como um conceito. Kemp Smith corrobora essa tese:

The Use of the term *Begriff* in the title of the section, and also in this sentence, is not instance of the looseness with which Kant employs his terms. It is he synonymous with the term representation (*Vorstellung*), which covers intuitions as well as general or discursive concepts. Consequently, the contradiction is only verbal, no real, when Kant proceeds to prove that the concept of space is an intuition, not a concept. (1993, p. 99)

<sup>10</sup> Essa distinção, em meu entendimento, é fundamental para compreender como é possível uma intuição pura.

## 2 A aprioridade do conceito de espaço na *exposição metafísica*.

Na *exposição metafísica do conceito de espaço* Kant faz a seguinte afirmação: “sentido externo (uma propriedade de nossa mente) representamo-nos objetos como fora de nós e juntos no espaço” (A23/B37). Essa afirmação pressupõe várias outras afirmações e alguns comprometimentos filosóficos<sup>11</sup>. Quando afirma que é mediante o “sentido externo”, ainda não explicou o que isso significa: por que a representação do espaço tem que ser uma propriedade da “mente” e não dos objetos? Discussão que desemboca no idealismo transcendental.

A *exposição metafísica do conceito de espaço* tem o intuito de apresentar as características distintivas da representação do espaço<sup>12</sup>. Trata-se de uma investigação que descreve o que há de distintivo e peculiar na representação do espaço. Como Kant já sinalizou anteriormente, a representação do espaço não pode ser determinada na relação dos objetos externos, tampouco é uma substância, resta explicar, por que a representação do espaço tem que ser uma condição para a representação dos objetos externos, ponto esse, que é respondido pelos quatro argumentos<sup>13</sup> que compõe a própria *exposição*.

Não apresentarei os quatro argumentos, pois o propósito do presente artigo versará somente em caracterizar a aprioridade do conceito de espaço em M1<sup>14</sup>, no qual vejo a possibilidade de uma abertura fenomenológica. Para tanto, apresentarei o primeiro argumento como aquilo que ínsito a ele: um modo de representar diferentes objetos em regiões no espaço<sup>15</sup>. Para tanto, apontarei a diferenciação entre o objeto e sujeito de conhecimento –

<sup>11</sup> Na primeira afirmação, acima descrita, já identifico, ao menos dois comprometimentos de que não tratarei aqui: a) a doutrina newtoniana do espaço está equivocada, pois o espaço é uma “propriedade de nossa mente”. Inevitavelmente isso leva a outro problema: se o espaço não é uma propriedade dos objetos como é possível a geometria enquanto portadora de juízos apodícticos (também não tratarei aqui desse ponto, pois levaria a uma discussão da ET combinada com a Analítica Transcendental); b) para representar os objetos como fora uns dos outros e distintos de mim deve haver uma consciência que distingue a si mesma enquanto sujeito que percebe os objetos, o que conduz a outra discussão filosófica. Que em parte, tratarei aqui. Não conduzindo a uma discussão sobre a formação do *eu transcendental*, mas como uma possibilidade de abertura fenomenológica presente na ET.

<sup>12</sup> [Entendo, porém, por *exposição (expositio)* a apresentação clara (embora não pormenorizada) do que pertence a um conceito; a *exposição é metafísica* quando contém o que representa o conceito enquanto dado *a priori*.] *KrV* A 23.

<sup>13</sup> Razões que conduzem à convicção de que a representação do espaço deve ser *a priori* (primeiro e segundo argumentos) e intuitiva (terceiro e quarto argumentos). Isto é: anterior a qualquer representação de objeto (M1 e M2) e singular e imediata (M3 e M4). Em seu conjunto, portanto, a *exposição metafísica do conceito de espaço* mostra a representação do espaço como de um tipo muito peculiar: *a priori, singular, imediata e ilimitada*.

<sup>14</sup> Doravante chamarei o primeiro argumento sobre aprioridade do espaço de M1. A abreviatura é usada por Fichant (1996).

<sup>15</sup> Endosso aqui a interpretação de Daniel Warren, não a interpretação de Allison que toma M1 como apresentando um critério epistêmico de individuação de objetos.

sujeito de conhecimento do próprio objeto que se distingue de *si*, inflexão necessária em M1, assim, esboçando, a ideia de que há uma intencionalidade presente já em M1.

## 2.1 O primeiro argumento sobre a aprioridade do espaço.

No primeiro argumento lê-se,

O espaço não é um conceito empírico, extraído de experiências externas. Efetivamente, para que determinadas sensações sejam relacionadas com algo exterior a mim (isto é, com algo situado num outro lugar do espaço, diferente daquele em que me encontro) e igualmente para que as possa representar como exteriores [e a par] umas das outras, por conseguinte não só distintas, mas em distintos lugares, requiere-se já o fundamento da noção de espaço. Logo, a representação de espaço não pode ser extraída pela experiência das relações dos fenômenos externos; pelo contrário, esta experiência externa só é possível, antes de mais, mediante essa representação.

Podemos subdividi-lo do seguinte modo:

A conclusão, esboçada de modo negativo, no cabeçalho do argumento:

- (i) “O espaço não é um conceito empírico, extraído de experiências externas.”

As duas razões que conduzem a conclusão,

- (ii) “Efetivamente, para que determinadas sensações sejam relacionadas com algo exterior a mim (isto é, com algo situado num outro lugar do espaço, diferente daquele em que me encontro)”
- (iii) “e igualmente para que as possa representar como exteriores [e a par] umas das outras, por conseguinte não só distintas, mas em distintos lugares, requiere-se já o fundamento da noção de espaço.”

E a conclusão da aprioridade da representação do espaço exposta de forma positiva,

- (iv) “Logo, a representação de espaço não pode ser extraída pela experiência das relações dos fenômenos externos; pelo contrário, esta experiência externa só é possível, antes de mais, mediante essa representação.”

É possível afirmar que Kant está não só afirmando uma condição *a priori* para a representação de objetos como externos ao sujeito que os representa, como também, está refutando certa concepção de espaço. A concepção leibniziana do espaço (ii) – o espaço como propriedade relacional –, ou seja, que a representação do espaço advenha de

experiências externas de objetos. O espaço, nessa concepção, não existe per si, ele é fruto de relações entre objetos ou pontos distintos representados. A expressão “objetos no espaço”, para um leibnizano, seria sem sentido, pois o espaço per si, não é substância que possibilita a individuação dos objetos, é apenas um resíduo da imaginação<sup>16</sup>: não é, tampouco, uma condição epistêmica da qual deriva a possibilidade de pensar e individuar objetos<sup>17</sup>, sequer, um receptáculo que contém os objetos, é apenas um tipo de aparência imaginária<sup>18</sup> que não possui identidade numérica e não pode ser concebido fora dessa relação<sup>19</sup>. Esse ponto é uma das características radicalmente opostas entre a filosofia do espaço de Kant e Leibniz.

Kant menciona que não é possível conceber (*sich denken*) qualquer representação sem o espaço, está, com isso, pontualmente, refutando a perspectiva relacional do espaço. Ademais, creio, não refuta somente a perspectiva leibnizana do espaço, senão, a Locke e qualquer outro que afirme ser a representação do espaço *a posteriori*.<sup>20</sup>

Feitas as principais referências históricas, o que se sobressai desse argumento, como interesse para o presente artigo, é que o espaço é *a priori*. O ponto de partida de Kant é algo evidente, como já aponte (veja nota de rodapé número 2). Mais ainda em M1 há algo muito peculiar do modo como conhecemos (*erkenntnis*) os objetos: representamos os objetos como distintos de nós (ii). Isso quer dizer que a afecção é reportada a algo exterior a ela. Essa exterioridade é um distanciamento espacial: a *erkenntnis* não se confunde com aquilo do qual derivou. Essa cognição afirma uma apresentação<sup>21</sup>: algo afetou a sensibilidade.

Essa representação que é orientada espacialmente e se reporta a objetos requer-se uma explicação filosófica sofisticada. Pois, se identifico o objeto como distinto de sua própria representação, dois aspectos devem ser ressaltados: a) a representação do objeto distingue-se do próprio objeto, com isso, b) o objeto afetou a sensibilidade apresenta a cognição. Ora, para que ambos não se confundam há uma estrutura que constitui essa diferença entre o objeto representado e a representação que reporto ao objeto, se são distintos, então, estão em lugares distintos. Entretanto, o espaço não é dado da mesma forma como as afecções são dadas (i). Então, a forma como essas representações são *organizadas* deve ser dada *a priori* (iv).

<sup>16</sup> Correspondência Leibniz-Clarke

<sup>17</sup> Interpretação de Allison, p. 111.

<sup>18</sup> Allison, p. 145.

<sup>19</sup> Correspondência Leibniz-Clarke §49

<sup>20</sup> Estou apenas fazendo a devida referência histórica da discussão, o ponto crucial (a descrição de uma intuição *a priori* e uma possibilidade de interpretação fenomenológica) vem nos próximos parágrafos.

<sup>21</sup> Charles Parson, p. 92.



Notável é que a brilhante argumentação kantiana que prova a aprioridade da representação do espaço e a idealidade transcendental desse conceito<sup>22</sup>, parte de algo, incontestável (como já afirmei) e explica como conhecemos os objetos externos: como representamos objetos e podemos reportar nossas representações desses aos próprios objetos. Contudo, a sensibilidade é uma forma pela qual o mundo se nos é apresentado: a afecção, a receptividade do mundo se ordena a partir das formas puras da sensibilidade, pelas quais toda a experiência possível de objetos é organizada.

A sensibilidade, em cuja característica está a receptividade, que propõe Kant na ET, é uma sensibilidade formal composta de duas formas puras transcendentais (espaço e tempo) que organizam toda a experiência sensível. Concomitantemente, em M1, Kant apresenta como – aquilo que chamei de duas razões que sustentam a prova da aprioridade (ii) e (iii) – um critério de distinção entre representação de objetos e um *eu* que percebe esses objetos. Allison e Strawson leram esse trecho como apresentando critério de individuação de objetos, interpretação que é problematizada por Warren.

Minha proposta consiste em ler esse argumento a partir de uma perspectiva de conciliação ou inseparabilidade entre entendimento e sensibilidade. Posto que as razões (ii) e (iii) ao afirmarem a aprioridade da representação do espaço apontam para uma relação entre o sujeito cognoscente e o objeto representado. Relação essa que entendo como intencional, uma vez que para distinguir-se de um objeto não basta percebê-lo como no espaço, mas sim um movimento anterior, constituir um *eu* que se distingue do objeto representado. Uma vez que a distinção – entre sujeito e objeto – pressupõe uma certa relação intencional.

O que é claro é que as razões aduzidas em M1 [(ii) e (iii)] não fornecem apenas um critério de distinção de objetos. Mas uma relação que requer uma espécie de *percepção objetiva* de objetos espacialmente orientados a um *eu* que se distingue dos objetos e orienta-os no espaço ilimitado (argumentos M3 e M4). Kant em uma das notas mais comentadas da literatura sobre a separação entre sensibilidade e entendimento afirmou que,

Que a imaginação seja um ingrediente necessário da própria percepção, certamente ainda nenhum psicólogo pensou. Isto acontece, em parte, porque se limitava essa faculdade apenas às reproduções, e em parte, porque se acreditava que os sentidos nos forneciam não só impressões, mas também encadeavam e conseguiam formar imagens dos objetos, o que, sem dúvida, além da receptividade das impressões. Ainda exige algo mais, a saber, uma função que as sintetize. (B 161)

<sup>22</sup> Há uma prova da idealidade transcendental dos objetos, ou seja, como fenômenos que subjaz a ET: a forma da sensibilidade é uma contribuição dada pelo sujeito à cognição aos objetos que afetam sua sensibilidade.

Se há uma função que sintetiza a sensibilidade não poderá ser está pura receptividade (passividade). Pois essa função pressupõe algum tipo de atividade que opera sobre a própria sensibilidade. Isso é bastante coerente com as razões tratadas em M1, uma vez que representar sensações como exteriores mim (ii), requer-se, para além do fundamento do espaço, uma espécie de síntese.

Como essa síntese é operada, que tipo de operação é na sensibilidade, a fim de que se possa preservar a distinção entre uma sensibilidade receptiva e um entendimento espontâneo é uma longa história a ser contada. Todavia, sobressai-se, de M1, um tipo de relação que pressupõe uma certa concepção de *eu*, uma relação intencional para com objetos. Agora, que tipo de *eu* é esse, também já seria uma história bem longa para um artigo com tão poucas pretensões.

## Referências

ALLISON, Henry. **Kant's transcendental idealism. An interpretation and a defense.** New Haven, Yale University Press, 1983

FICHANT, M. **Espaço estético e espaço geométrico**, conferência UFRJ, 2000.

KEMP SMITH, Norman. **A commentary to Kant's "Critique of Pure Reason"**. London, Macmillan. 1918

PARSON, C. **Kant**. Org. Paul Guyer, Ideias e Letras, 2. ed., 2009.

PATON, H. J. **kant's metaphysics of experience**. 2. ed., v. 1, N. York: The Humanities Press, 1951.

SELLARS, W. **Empirismo e filosofia da mente**. Petrópolis: Vozes, 2008.

STRAWSON, F. C. **The bounds of sense: an essay on Kant's critique of pure reason**. Norwich: Fletcher & Son Ltd., 1966.

TORRETTI, R. **Manuel Kant: estudo sobre los fundamentos de la filosofia crítica**. 2. ed. Buenos Aires: Editorial Charcas, 1980.

WARREN, D. Kant and the Apriority of Space, **The Philosophical Review**, Vol. 107, no. 2, pp. 179-224, 1998.